

Aprendendo a curvar-se: pós-fordismo e determinismo tecnológico¹

John Holloway

Professor do Departamento de Política da Universidade de Edinburgh

Eloína Peláez

Professora do Departamento de Política da Universidade de Edinburgh

Depois da terrível derrota do movimento socialista na Alemanha pelo fascismo, Walter Benjamin comentou que “nada corrompeu tanto o movimento operário alemão quanto a crença de que estava nadando com a corrente, uma corrente que se localizava na dinâmica do desenvolvimento tecnológico”.²

Hoje, mais uma vez, a mesma crença está operando no movimento operário: a crença de que há uma corrente fluindo, uma corrente tão forte que a única opção é nadar a seu favor. “Adapte-se”, dizem-nos, “ajuste-se à Nova Sociedade, adapte-se à Nova Realidade!”. O grito ecoa no Partido Trabalhista, no Partido Comunista, nos sindicatos, nos locais de trabalho, nas universidades. A imagem de uma nova sociedade é uma mistura desordenada de elementos que vão das relações industriais japonesas ao poder dos bancos, do controle governamental dos fundos de pesquisa à identificação eletrônica dos prisioneiros. Mas, entretanto, quando ela se auto-apresenta, dizem-nos: “esta é a Nova Realidade: adapte-se!” E no coração dessa Nova Realidade localiza-se a figura da Nova Tecnologia, freqüentemente identificada como a “revolução microeletrônica”. É o poder do conceito de tecnologia que sela a inexorabilidade da Nova Realidade.

“Pós-fordismo”

Recentemente, o argumento de que o capitalismo está desenvolvendo-se em uma Nova Realidade tem adquirido uma nova solidez teórica, com o desenvolvimento dos conceitos de fordismo e pós-fordismo. Argumenta-se que

¹ Artigo publicado originalmente na revista *Science as Culture*, 8, 1990 e republicado in Werner Bonefeld e John Holloway, *Post-fordism and social form. A marxist debate on the post-fordist State*, Londres, MacMillan, 1992. Tradução de Alvaro Bianchi com base no livro de 1992.

² Walter Benjamin, “Theses on the Philosophy of History”, in Walter Benjamin, *Illuminations* (ed. Hanna Arendt), Londres, Fontana, 1973.

estamos em uma fase de transição de uma “velha ordem” (fordismo) para uma “nova ordem” (pós-fordismo). A “velha ordem” é geralmente concebida como tendo as seguintes características: produção massiva baseada no princípio da linha de montagem, adotada de maneira tão bem sucedida por Ford; crescimento dos salários que estabeleceu a base para uma articulação do consumo de massas e da produção massiva, por grandes fábricas; um alto grau de intervenção estatal baseado em princípios keynesianos; no desenvolvimento do *welfare state*; um papel central para os sindicatos, na institucionalização dos ganhos crescentes e regulares através dos acordos coletivos e na formulação de políticas estatais. A nova ordem, chamada de “pós-fordista” e às vezes de “neofordista”, é concebida como tendo as seguintes características: novos métodos de produção baseados na microeletrônica; práticas flexíveis de trabalho; posição muito reduzida dos sindicatos na sociedade; uma nova e acentuada divisão da classe trabalhadora em trabalhadores centrais e periféricos; maior grau de individualismo e diversidade social; e dominância do consumo sobre a produção.

O significado político da tese pós-fordista reside, de maneira mais evidente, no fato de que ela é, freqüentemente, usada para sustentar o argumento de que é necessário “repensar” o conceito de socialismo, abandonar muitas das concepções tradicionais do movimento operário e desenvolver uma estratégia para a esquerda apropriada para os “Novos Tempos”. As implicações do argumento foram ilustradas mais fortemente nos estágios finais e após o término da greve dos mineiros. Como ratos prontos para abandonar o navio que pensavam estar afundando, os proponentes do enfoque dos Novos Tempos, tão logo o ímpeto da greve começou a diminuir, passaram a sustentar que ela era uma bravata anacrônica, o canto de cisne de uma era agonizante.³ Mais recentemente, a idéia de que entramos em uma “nova ordem” que demanda uma nova política tem sido proclamada com presunçoso otimismo pelo Partido Comunista em seu projeto de programa, “*Facing Up to the Future*” (*Encarando de frente o futuro*) e pelo revisionismo político do Partido Trabalhista.

A teoria do pós-fordismo é apresentada como uma teoria moderna e sofisticada, em sintonia com a moderna sofisticação de *Marxism Today*.⁴ Isso parece estar muito distante das tradições do velho stalinismo, com seu odor de determinismo econômico e tecnológico. A chave na discussão de uma “nova ordem” ou “nova realidade” é, evidentemente, a questão de como en-

³ Ver, por exemplo, Stuart Hall, “Realignment for what?”, *Marxism Today*, dez. 1985; B. Campbell, “Politics, old and new”, in *New Statesman*, 08.03.1985; J. Esser, “Britischer Bergarbeiterstreik ohne Perspektive”, in *Links*, mar. 1985; P. Carter, *Trade Unions — The new reality*, Londres, Communist Party Publications, 1986. (O autor se refere à greve dos mineiros ingleses do ano de 1985 — NT.)

⁴ Revista do Partido Comunista da Grã Bretanha (NT).

tender a mudança social. Dentro da tradição marxista existem, há tempo, duas correntes: uma que vê a mudança social em termos de luta de classes e a outra que vê a mudança social como o resultado do desenvolvimento econômico e tecnológico. As implicações dessas duas tradições são bem conhecidas: a primeira enfatiza vida, a outra mata, com freqüência literariamente, como pode ser visto na sangrenta história do stalinismo. O estranho é que o novo marxismo dos Novos Tempos, apesar de todo seu pós-eurocomunismo, pós-estruturalismo, pós-modernismo, pós-fordismo, está firmemente enraizado no determinismo econômico e tecnológico dos (maus) velhos tempos. Subjacente à tese pós-fordista, na maioria de suas versões, está a afirmação, não de que o povo faz sua própria história através de lutas, mas que o desenvolvimento social está submetido “a linhas de tendência e direção inexoráveis, estabelecidas pelo mundo real”, como afirma Stuart Hall.⁵ Isso é expresso no próprio título do esboço do Partido Comunista, “Encarando de frente o futuro”, como Richard Gunn assinala: “Mas por que encarar *de frente*? Encarar de frente alguma coisa significa reconhecer, relutantemente, uma entidade que ao menos em princípio, já existe (...) Encarar de frente o futuro implica um futuro predeterminado. Encarar o futuro permite ao futuro ser um espaço aberto. O título provoca o estreitamento do futuro, revelando, precisamente, um determinismo tecnológico que rege cada parágrafo do texto”.⁶

Não somente em “*Encarando de frente o futuro*”, mas na maior parte da literatura sobre o pós-fordismo, há determinismo tecnológico, implícita ou explicitamente. Nas “linhas de tendência e direção inexoráveis”, de Hall, está pressuposta uma base tecnológica na revolução microeletrônica. Não é um determinismo tecnológico cru, que argumenta que todos os detalhes estão predeterminados; pelo contrário, o argumento é favorável à intervenção política. É um determinismo sofisticado, modificado, mas apesar disto, não menos determinista. A frase de Hall expressa bem o ponto: o determinismo é uma das “linhas de tendência e direção”, logo, há um espaço para que ele sofra influências. No fim das contas, entretanto, essas linhas são “inexoráveis”. A intervenção política é vista como sendo possível somente dentro de certos limites, dentro de um arco de determinadas possibilidades. A “modernização” está, de qualquer modo, tomando seu lugar, gostemos ou não: a única questão é dizer se desejamos uma modernização “reacionária” ou “democrática”. Como Gunn diz: “O pudim que devemos comer já está pronto e tudo o que nos é permitido é escolher a cobertura”.⁷

⁵ Stuart Hall, *op. cit.*, p. 15.

⁶ R. Gunn, “Facing up to the Communist Party”, in *Common Sense*, 6, 1989, p. 83.

⁷ Idem, p. 83.

Tecnologia

O determinismo tecnológico incorpora uma teoria de como a sociedade se desenvolve e certas considerações sobre a natureza da tecnologia. Inevitavelmente, discussões sobre o pós-fordismo perpassam os conceitos de tecnologia e mudança tecnológica e, portanto, os debates entre aqueles que estão envolvidos nas pesquisas sobre desenvolvimento tecnológico. Daí as reflexões que deram origem a este artigo: discussões sobre tecnologia têm importantes implicações políticas; e teorias sobre o desenvolvimento geral da sociedade têm efeitos práticos na definição dos parâmetros de trabalho daqueles que entre nós se ocupam de temas específicos do desenvolvimento tecnológico.

Esta intersecção pode ser vista de maneira particularmente clara em algumas recentes discussões sobre os padrões da mudança tecnológica. Tem sido argumentado, por certos autores que, o padrão da mudança tecnológica está intimamente conectado com ondas longas do desenvolvimento econômico, que cada nova ascensão ou período de prolongada prosperidade está associado com a introdução de um “novo sistema tecnológico”⁸ ou um novo “paradigma techno-econômico”.⁹ A extensão do novo sistema tecnológico, afirma-se, pode ser o estímulo que provê a base para a aceleração acumulada durante a ascensão. O longo período de prosperidade chega ao fim quando a trajetória tecnológica se esgota. A submersão, ou período de relativo declínio, é caracterizada pela experimentação de novas tecnologias e pelos primeiros passos na inovação. Entretanto, a nova tecnologia não decola realmente, até que o contexto sócio-institucional esteja em harmonia com o novo paradigma técnico-econômico, até que a organização geral da política e da sociedade seja redesenhada para atender os requisitos do novo modelo de desenvolvimento tecnológico.

Nessa discussão da tecnologia já podemos ver algumas das idéias avançadas pelos teóricos do pós-fordismo e, em sua forma mais popular, pelos partidos Comunista e Trabalhista. Assim, os teóricos da regulação que primeiro lançaram a tese pós-fordista na França, argumentam que um período de renovada acumulação de capital depende principalmente do estabelecimento de uma “complementaridade harmônica” ou “correspondência” entre a tecnologia dominante e o contexto social. Acima de tudo, admite-se que é inevitável e desejável que a sociedade possa se adaptar para

⁸ C. Freeman et alli, *Unemployment and technical innovation: a study of long waves and economic development*, Londres, Francis Pinter, 1982.

⁹ C. Perez, “Structural change and assimilation of new technologies in the economic and social systems”, *Futures*, 15(5), 1983 e “Microeletrônica, long waves and world structural change: new perspectives for developing countries”, in *World Development*, 13(3), 1985.

seguir as novas tecnologias. A principal diferença entre os teóricos regulacionistas e Perez é que o foco explícito na tecnologia faz o determinismo tecnológico subjacente mais óbvio no caso de Perez. Ela própria nega que seja determinismo tecnológico, na medida em que o modo através do qual o contexto sócio-institucional é adaptado ao paradigma tecnocômico pode tomar uma variedade de formas e o resultado final preciso depende do conflito social.¹⁰ Mas este é, precisamente, o determinismo modificado do enfoque pós-fordista: podemos pensar, basicamente, no limite, que a força da trajetória tecnológica dirige a sociedade para adiante e estabelece os limites nos quais somos livres para escolher.

Nas recentes discussões sobre tecnologia na Grã Bretanha, uma das principais críticas ao determinismo tecnológico veio da abordagem de Edinburgh, que privilegia os condicionantes sociais da tecnologia (*social shaping approach*).¹¹ O argumento apresentado neste enfoque é que não se pode falar de uma trajetória tecnológica autônoma, porque se examinarmos o desenvolvimento tecnológico poderemos ver que está condicionado em todos os pontos por uma problemática social de gênero, raça, classe e grupos profissionais. Nesse sentido, focar a discussão da tecnologia sobre seus impactos está deslocado: o que precisamos examinar, primeiramente, é a maneira como a sociedade condiciona a tecnologia.

Este enfoque permite, potencialmente, um entendimento mais político da tecnologia. Mostrando que o curso da tecnologia não é pré-determinado, que o conjunto do processo tecnológico, da invenção à implementação, é cheio de escolhas, conflitos e negociações, esse enfoque desmistifica a tecnologia e descarta a noção de que há uma lógica implacável do desenvolvimento tecnológico. Se a tecnologia é socialmente condicionada, é possível jogar um papel ativo nesse condicionamento.

Mas, uma vez aberta a caixa preta da tecnologia, quais são as implicações políticas? O paradoxo deste enfoque é que, enquanto levanta explicitamente questões sobre a natureza da tecnologia, deixa implícita a natureza da sociedade e de nosso trabalho (enquanto pesquisadores da tecnologia). Isto tem duas conseqüências. Por um lado, a sociedade é tomada como ela se auto-apresenta, como uma sociedade composta por grupos de pressão, especialistas e corpos profissionais. O problema com essa visão fragmentada da sociedade é que apesar de poder iluminar aspectos particu-

¹⁰ C. Perez, "Microelectronics, long waves and world structural change...", *op. cit.*, p. 446.

¹¹ Refere-se aos pesquisadores nucleados na Universidade de Edinburgh (NT). Ver D. MacKenzie e J. Wajcman, *The social shaping of technology*, Milton Keynes, Open University Press, 1985 e PICT Edinburgh, "The social shaping of technology", 1988, projeto revisado.

lares da tecnologia, quando todos os fragmentos são colocados juntos, o resultado é um quadro da sociedade no qual não há lugar para a mudança radical, no qual a continuidade das relações sociais existentes é simplesmente assumida. Segunda consequência: a natureza de nosso trabalho não fica explícita. A questão fundamental, para qualquer pesquisador socialista da tecnologia, nomeadamente nossa relação com a institucionalidade da “nova ordem”, não é colocada. Deixar explícitas essas questões fundamentais, significa nadar com o fluxo, flutuando na correnteza do desenvolvimento social. O determinismo, o alvo principal do ataque desse enfoque, entra pela porta dos fundos e retornamos à visão do futuro como um leque de oportunidades.

Há, é claro, muitas razões materiais para não deixar explícitas essas questões fundamentais. Por um lado, elas dizem respeito à dificuldade inerente de fazer conexões entre a pesquisa tecnológica em sua especificidade, por exemplo, o desenvolvimento de redes de computadores, e a natureza geral da sociedade. Por outro, a maioria dos pesquisadores ocupa lugares dentro das universidades e a natureza das universidades impõe pesados constrangimentos sobre a pesquisa: tempo, pressões dos fundos de financiamento e questões de status acadêmico combinam-se para tornar muito mais fácil deixar a parte “social” do *social shaping* indefinida. O “*social shaping*” é socialmente condicionado. Esses constrangimentos são reais e poderosos, mas deixá-los imutáveis é a lógica do derrotismo.

Determinismo, gradualismo, por fim e acima de tudo: derrotismo. A “esquerda” aprendeu a ver o futuro como já existente, uma auto-estrada na qual você pode dirigir na esquerda ou na direita, mas da qual é impossível se desviar. O apelo da tese pós-fordista é que faz o derrotismo mais confortável.

O derrotismo tem uma base material. É claro que o capital infligiu grandes derrotas à classe operária internacionalmente nos últimos 15 anos. Dá a impressão de que o capitalismo reconquistou sua estabilidade, que não há outro futuro, que é impossível deixar a auto-estrada da história.

Qual alternativa?

É claro que não é suficiente criticar a visão da Nova Realidade por ser determinista ou derrotista. O ponto crucial é que a nova realidade do pós-fordismo é uma fantasia.

Dois argumentos diferentes têm sido levantados para criticar a tese pós-fordista. O primeiro é o de que a tese pós-fordista é empiricamente falsa: as mudanças que dizem estar acontecendo simplesmente não estão ocorrendo. Nesta visão, todos os elementos apontados pela tese pós-fordista como tendências emergentes, ou não existem ou, se existem, estão longe de ser típicos dos desenvolvimentos correntes. Os defensores da tese pós-

fordista tornaram-se vítimas da onda ideológica da Nova Direita, ao confundir os desejos da direita com sua realização na prática. Por exemplo, na área das mudanças na organização do trabalho e nas práticas sindicais, argumenta-se que pouco tem mudado desde os anos 70: o papel dos sindicatos e comissões de fábrica não tem diminuído, os contratos coletivos restritos a um sindicato e os acordos sem greve não são novos, há pouca evidência para sustentar a segmentação da força de trabalho através de novas divisões entre centro/periferia.¹²

São argumentos importantes mas insatisfatórios. São importantes porque, em última instância, indicam o enorme fosso que existe entre os projetos do capital e sua atual implementação prática, um fosso que só pode ser compreendido a partir da contínua resistência dos trabalhadores, apesar das derrotas reais e aparentes. São insatisfatórios porque o argumento de que pouco mudou nos últimos anos é difícil de ser conciliado com a experiência da maioria das pessoas e o que conhecemos das nossas condições de trabalho e vida e das condições de trabalho e vida dos demais. São insatisfatórios porque dizer “nada mudou” é, justamente, tão a-dialético como dizer “tudo mudou”: ambos os argumentos deixam de levar em consideração os conflitos sociais (isto é, a luta de classes) através dos quais a mudança social ocorre. Apesar da tese pós-fordista exagerar enormemente a força das tendências presentes, essas tendências são, indubitavelmente significativas: o perigo de simplesmente dizer que não tem havido nenhuma mudança é que, ao denunciar aqueles que reclamam exageradamente, ficamos cegos aos movimentos reais e ameaçadores que estão ocorrendo. O ponto crucial não é negar que há importantes mudanças, mas pensar como essas mudanças podem ser entendidas.

O ponto central da outra tendência crítica é como entender a mudança social.¹³ Um feito extraordinário das teses pós-fordistas é que, apesar de ser um argumento baseado na transição de uma velha ordem para uma nova, surpreendentemente, pouca atenção é dada à questão de porque e

¹² Ver, por exemplo, E. Batstone, *The reform of workplace industrial relations*, Oxford, Clarendon, 1988; J. MacInnes, *Thatcherism at work*, Miulton Keynes, Open University Press, 1987; e A. Pollert, “Dismantling flexibility”, in *Capital and Class*, 34, 1988.

¹³ Ver, por exemplo, John Holloway, “The red rose of Nissan”, in *Capital and Class*, 32, 1987; “A note on fordism and neo-fordism”, in *Common Sense*, 1, 1987 e “The great bear: pos-fordism and class struggle”, in Werner Bonefeld e John Holloway, *op. cit.*; Werner Bonefeld, “Reformulation of State theory”, in Werner Bonefeld e John Holloway, *op. cit.* e “Class struggle and the permanence of primitive accumulation”, in *Common Sense*, 6, 1988; R. Gunn, *op. cit.* e “Marxism and Philosophy”, in *Capital and Class*, 37, 1989; Simon Clarke, *Keynesianism, monetarism and the crisis of the State*, Aldershot, Edward Elgar, 1988 e “Overaccumulation, class struggle and the crisis of State”, in Werner Bonefeld e John Holloway, *op. cit.*

como a mudança tem lugar. Na maioria das exposições, das mais populares às mais acadêmicas, a ênfase não está na mudança, mas na justaposição de dois modelos, o velho e o novo, e no resultado das implicações deste modelo. O que parece ser uma teoria da história é, vista de perto, uma análise estática, estrutural-funcionalista, da sociedade. Em muitos dos relatos, os Novos Tempos são simplesmente tratados como tendo “emergido” da falência do velho sistema.

Uma vez que o foco é retirado da justaposição de dois modelos e a crise é colocada no centro da análise, a figura muda completamente. O que tem sido visto nos últimos 15 ou 20 anos é a crise de um modo particular de dominação capitalista e a luta do capital para criar outro. O elemento chave no modo de dominação do pós-guerra (keynesianismo, fordismo, ou chame-se como desejar) foi o fato de que ele era baseado no reconhecimento explícito do poder dos trabalhadores e na tentativa de conter esse poder através da institucionalização das relações industriais e da administração estatal da demanda (da classe trabalhadora). A idéia básica era controlar o poder do trabalho na esperança de que ele pudesse agir como a força motriz do desenvolvimento capitalista. Keynes estava certo ao ver o trabalho como a força diretriz do capitalismo, mas superotimista ao pensar que ela poderia ser conduzida e que as demandas da classe trabalhadora poderiam ser duradouramente reconciliadas com a acumulação capitalista. A crise do keynesianismo em meados dos anos 70 marcou a falência desse projeto, a afirmação do poder do trabalho não apenas com mas contra o capital.

As implicações da falência do keynesianismo são enormes. No keynesianismo o capital havia reconhecido o poder do trabalho e tinha tentado contê-lo através da institucionalização da luta de classes. Essa tentativa falhou. A luta do capital, desde aquela época, tem sido para impor novamente sua dominação, para criar uma nova ordem. A sobrevivência do capitalismo depende da criação de uma nova ordem, de uma nova base estável para a acumulação capitalista.

Tal dominação estável não foi (ainda) criada. A Nova Realidade é uma farsa, tão irreal quanto as imagens dos *yuppies* veiculadas pelas propagandas e seriados cômicos da televisão. A farsa, como tal, tem sido construída sob a base de uma explosão do crédito durante os anos 80 mais do que sobre qualquer reestruturação fundamental das relações de produção capitalistas. A enorme fragilidade e vulnerabilidade desta farsa foi indicada pelo *crash* de 1987 e evidenciada pela contínua saga da crise internacional da dívida. Paralelos históricos sugerem que a criação de uma “nova ordem”, uma nova base estável para o capitalismo, pode requerer um grau absolutamente terrível de destruição. E mesmo

aqui, os proponentes das teses pós-fordistas sugerem, irresponsavelmente, que uma nova era está começando e que devemos nos juntar a sua construção com entusiasmo. Tal otimismo cego é opressivo e irreal: não vivemos em uma Nova Ordem mas em meio a uma intensa e cruel luta da qual inevitavelmente fazemos parte.

A tecnologia é parte dessa luta. Ela não condiciona a sociedade e não é condicionada por ela. “Condicionar” indica uma relação externa, mas a relação entre sociedade e tecnologia não é externa. Como parte da sociedade, a tecnologia mostra todas as contradições do desenvolvimento social. O desenvolvimento tecnológico, assim como outros aspectos do desenvolvimento social, é marcado pela tentativa sempre contraditória do capital de colocar arreios na criatividade humana. A “revolução microeletrônica” não é um evento externo que impõe um certo desenvolvimento sobre a sociedade: ela é, fundamentalmente, uma tentativa para programar, para reduzir processos sociais complexos a regras simples, transformando a sociedade em algo que pode ser computadorizado. A resistência inerente que tal projeto encontra é expressada como crise tecnológica e, acima de tudo, como crise de software.¹⁴ A Nova Tecnologia, que parece oferecer uma base firme para a Nova Ordem, não é menos contraditória que a própria Nova Ordem, e tanto quanto ela é uma fachada vulnerável e frágil, como a nova experiência recorrente de falhas de *software*, vírus e sabotagens deixa claro.

A Nova Ordem é uma Nova Desordem.

¹⁴ Para a discussão da crise de *software* ver Eloína Pelaez, *A gift from Pandora's box: the software crisis*, PhD thesis, University of Edinburgh, 1988